

O ECCO DE BARCELLOS.



Só em Barcellos houve alardo um dia,
Em que o Sol pelos campos dilatados
Com terrível e fera galhardia
Desasete mil peitos vio armados.

[Poema Epitalamio de Manoel de Gallegos. Oitava 81].

REDACTOR PRINCIPAL E EDITOR RESPONSÁVEL, DAVID DE BARROS E SILVA BOTELHO.

PREÇO D'ASSIGNATURA.	PUBLICA-SE ÀS QUARTAS-FEIRAS E SÁBADOS.	E COM ESTAMPILHAS.
Por um anno..... 2\$400	Numero avulso 30 rs. Anuncios e Correspondencias, por linha 40 rs. Repetições 20 rs. Para os snrs. assignantes por linha 20 rs. repetições 10 rs.	Por um anno 2\$920
Por seis mezes..... 1\$200	Os annuncios e correspondencias, devem ser remettidas francas de porte ao redactor do ECCO DE BARCELLOS.	Por seis mezes 1\$460
Por tres mezes..... \$600	Assigna-se em Barcellos na loja de Joaquim Alves Vallongo e Souza, rua Direita n.º 30.	Por tres mezes \$730
		Para o Estrangeiro accresce o porte.

BARCELLOS 18 DE DEZEMBRO.

Já dissemos, e não carece de demonstração, que sem bons caminhos concelhios e municipaes, que alimentem a circulação e movimento nas principaes arterias, o nosso systema de viação ficará incompleto.

Os pequenos centros de produção e consumo, isolados por assim dizer, do grande movimento economico, e privados da vitalidade que elle deve comunicar-lhes, definirão no estacionamento, e perderão tanto, quanto ganhar a centralisação economica que esse isolamento favorece.

E' por tanto de vital interesse de todos os concelhos e municipalidades, quando se trata d'abrir e estabelecer boas e faceis communicações entre os grandes centros de população, empenhar esforços, para ligar por meio de bons caminhos, as cabeças de concelho ou municipio, com as principaes estradas, em grandes

linhas de comunicação; porque só assim a vida economica poderá communicar-se a todos os pontos do paiz, alimentar em toda a parte os mercados permanentes, e dar a cada localidade a devida importancia na razão das suas forças productoras.

Os caminhos concelhios e municipaes, são por tanto o complemento de todo o systema regular de viação publica.

O governo actual e o transacto, comprehenderam, como não podiam deixar de comprehender esta verdade; e occuparam-se deste importantissimo melhoramento complementar de viação geral, mais com o fim de chamar para elle a attenção dos povos, do que no intento de o promover com a sua iniciativa; porque, como dissemos — é o caso em que os governos podem alguma cousa, mas não podem tudo. —

O governo pôde authorisar emprestimos municipaes; pôde mesmo garanti-los: porém é certo, que

na maior parte dos municipios, a escassez das ren las municipaes, não permite recorrer a este expediente.

O actual ministro das Obras Publicas prometteo auxiliar, segundo as posses do seu ministerio, os melhoramentos em questão. Esta promessa deve considerar-se mais como prova de bom dezejo, do que como beneficio realisavel; porque a condição que a caracteriza, sem mesmo se levar em conta os inconvenientes que teriam de dar-se para a distribuição, não consente que nella se confie muito, sem que por isso duvidemos dos bons dezejos e da sinceridade do ministro.

E' por tanto erro e erro gravissimo, esperar tudo dos esforços e da iniciativa do governo, que empenhado nas grandes obras de viação, não pôde, ainda que vontade lhe sobre, promover simultaneamente o melhoramento da viação subsidiaria.

E' aos povos das diferentes lo-

FOLHETIM.

CARTA DA BARONEZA DAS FONTAINHAS A SEU PRIMO O BARÃO DO MESMO TITULO.

Muito senti, meu Priminho,
Essa convulsão nervosa,
Que a minha carta jocosa,
No Barão foi excitar:
Porém, queira perdoar.

Confesso, meu caro Primo,
Que em mim houve demencia,
Em lhe não dar excellencia,
Como faz o Deus Cupido,
No seu primeiro pedido.

Eu já vi uma cartinha,
D'uma certa namorada;
Priminho, não era nada:
Tinha além da decencia,
Quinze vezes excellencia

A tal adonis Barão,
Era pequena prendada:
Passava n'uma sacada
Dias e dias inteiros,
A namorar os parceiros.

Por isso, todos os dias,
Prêgo e ralho com razão
Contra a tal educação,
Que a moda vem trazendo,
É que bem mal vai fazendo.

Hoje, em logar da roquinha,
Do sarilho, e do badoura;
E' bastidor, é thesoura;
E ahi aos nove annos
Já se pulsão os piannos.

Em vez d'irem ás igrejas,
Alcançar os jubileos;
Fazem como os atheos,
Que não querem saber disto,
É que renegão a Christo.

Só se trata neste tempo,
De ir brincar aos salões,
Metter molas nos balões;
Entretendo-se com isso,
E com o amante derriço.

E se uma pobre mãe
As reprehende; é velha;
Carregão logo a celha;
E sem haver um só grito,
Ahi temos um cabrito.

Já dizem robe de chambre;
A negligé; á coquette;
Dizem jolie toilette;
E sem saberem Portuguez,
Soletrão já no Francez.

Queria eu agora viva
A velha de minha avó!
Não ficava uma só,
Destas netinhas de trêta,
Sem levar com a molêta.

Pois les enfants, meu Priminho!
E' um louvar ao Senhor:
Até já me causa dôr,
Vê-los a largar o carro,
E apertar um cigarro!

Mas é tempo de deixar;
Pequenas futilidades:
Vamos pois ás novidades:
Mas pôde tomar pitada,
Que por ora é quasi nada.

Diz-se que o Santo Padre
Não dêra consentimentos,
P'ra que dos nossos conventos
Essa pequeniã renda,
Fosse cahir na Fazenda.

calidades, que cumpre, porque vai nisso o seu interesse, cuidar seriamente deste indispensavel e momentoso, melhoramento; fazendo sacrificios de dinheiro, de trabalho, e mesmo de terrenos, na razão das condições e posses de cada um, e no interesse real de todos.

Para se tornar realisavel este proposito, é mister que por iniciativa das camaras, e das autoridades superiores das localidades, se organizem commissões, compostas de cidadãos influentes, e mais prestantes dos conceitos; e que estas commissões assim organisadas, com o exemplo e com os esforços façam tudo o que uma boa vontade e um intuito patriótico podem, quando visam á realisação d'um melhoramento de vantagens incontesteis, e d'interesse commum.

O governo poderá e deverá ampliar estes esforços, no que d'elle depende, mas temos para nós, que sem elles, o melhoramento na viação subsidiaria, será sempre uma esperanza e nada mais.

AINDA A UNIÃO IBERICA.

Promettemos voltar ao assumpto da união iberica, e á mingua de outro mais momentoso vamos hoje cumprir a nossa promessa.

Ha dous factos na nossa historia patria, cada um dos quaes constitue uma época honrosa para portuguezes; e ambos revelam de sobejo o caracter nacional.

O primeiro foi a elevação ao throno de Portugal, do mestre d'Aviz filho bastardo de D. Pedro I e de uma mulher do povo, e irmão do rei D. Fernando marido de D. Leonor Telles de Menezes; — mulher de D. Lourenço da Cunha. —

O segundo foi a restauração de 1640, e a aclamação do duque de Bragança, acabando com o dominio dos Filippes de Castella.

N'aquelle traduz-se o instincto da nacionalidade e independencia, robustecido pelo mais heroico amor da patria: n'este ainda o mesmo insticto; — e um odio de raça --, que 60 annos de captiveiro haviam feito nascer, e que bem longe de se apagar ou amortecer, revivia e recrudesca na geração immediata a ponto de conjurar com mão armada contra o dominio estrangeiro, e conquistar a sua liberdade e independencia.

Os sentimentos que realisaram estes dous factos memoraveis, vivem ainda porque são innatós; mas quando o não fossem, são d'aquelles que passam sem quebra de paes a filhos no revolver dos seculos, consignados nos fastos da historia ou na tradição. Sentimentos taes desenvolvem-se, e crescem sempre com o individuo, para só morrerem com elle.

Concedemos de barato, que outro e muito diverso seja o século em que vivemos; que a sociedade de hoje não seja a de então, porque a civilisação e o progresso tem verificado uma completa transformação. Admittimos ainda, que as conveniencias economicas podem até certo ponto modificar, ou alterar as relações internacionaes; mas o que tudo isto não pôde fazer, é aniquilar em peitos portuguezes o amor da independencia, e o orgulho da sua nacionalidade.

Somos hoje pequenos, pesamos pouco, quasi nada, na balança politica da Europa; mas não deixamos por isso de ser uma nação, que ainda assim na sua pequenez vive de si, e pôde viver exclusivamente de si.

Já fomos grandes e poderosos, e tão grandes e poderosos que conquistamos reinos nas tres partes do mundo, e fizemos tributarios da corôa portugueza os maiores reis d'essas vastas regiões, ao passo que faziamos tambem respeitar o nome, e acatar as quinas portuguezas pelas mais poderosas nações da Europa.

Esses tempos passaram!... É verdade, passaram esses tempos, e nós volvemos a ser o que antes eramos, ou pouco menos!...

Não diremos todavia, que por esses

embates de uma fortuna adversa retrogradasse em nós o instincto e os sentimentos, que nos arrojarão ao commettimento das mais arduas emprezas e heroicos feitos. Somos ainda os mesmos portuguezes, como o foram nossos maiores dos tempos de D. João I e D. João IV, logo que se nos depare occasião de o provarmos.

Se os interesses particulares das primeiras potencias da Europa, contra todos os principios do direito das gentes, lhes inspirassem o pensamento da annexação politica de Portugal a Hespanha; quando tentassem passar da idéa ao facto, qual seria o portuguez que deixasse de recalçar essa resolução, e de sacrificar a propria vida pela sua independencia?...

Bem traçoeiramente — a titulo de amigavel protecção — invadiram os exercitos de Napoleão I este nosso Portugal. E depois? Os seus melhores generaes perderam aqui o nome, a reputação e fortuna; os seus esforçados soldados foram desbaratados e mortos; e o valor portuguez triumphou dessa atroz aggressão, reivindicando a sua liberdade e independencia.

Acreditamos que a união iberica, a annexação de Portugal á Hespanha, seria para esta ultima nação de uma vantagem incalculavel, para elevar-se á cathegoria de uma das primeiras nações da Europa; mas não vemos razão pela qual nos devamos sacrificar ás inspirações dessa sua preeminencia politica, identificando-nos com ella, e deixando de ser portuguezes para sermos castelhanos.

Que relações nos preadem aos nossos vizinhos? — Que favores temos delles recebido? — Com que generosidade nos tem elles tractado? — Que sympathias lhes merecemos, ou nos merecem elles? — Que analogia ou homogeneidade de condições, de character ou indole, para poder dar-se o amalgame? — Que sômma de vantagens nos viria dessa junção politica? — Melhorariamos por ella a nossa situação actual, de sorte que nos compensasse o sacrificio?...

Não receiamos de responder negativamente a todos estes quesitos; mas quando affirmativa podesse ser a resposta, quem nos havia de garantir as promettidas conveniencias e vantagens?!

Fique pois em paz a Roda
Dos femininos conventos,
Onde poetas aos centos,
D'improviso, com versinhos,
Gramagueado pastellinhos

Onde vai o janotinha,
Arpejando vioção;
Dirigindo a canção
A' freirinha engavetada,
Fazer jus á marmelada.

A velha Madre, que ouve
Canto meigo e feliz;
De cangalhas no nariz,
Em notas graves profunda,
Faz tambem sua segunda.

Comtudo, meu caro Primo,
Vê-se ali a santidade.
Quer na aldeia, ou na cidade,
Vê-se ali a educação
Que conduz á salvação.

De mais a mais, as taes rendas,
Seguirão os caminhos
Que levaram as dos fradinhos:
Cahirão em bolsos nobres,
Ficando nós bem mais pobres.

Cá soube que a minha carta
Causou ali sensação:
E que houve charlatão,
Que não sabendo da cara
As quintilhas emendara.

Inda não sei o que dizem,
O Chiquinho dos anzoes,
O Tonio dos caracoes,
E o Zezinho das botas
Com as cangalhinhas tortas.

Dezearia saber
O que dizem os ratões.
Eu sem lhes dar bofetões,
Nem outro mal lhes fazer,
Heide-os reprehender.

Dá gosto, meu caro primo,
Vê metter a taralhão
Com focinho de furão,
Certos lambazes famintos,
Com o cheiro só nos pintos.

Quero fazer ao Barão
Uma boa encommenda.
S'elles tiverem á venda,
Mande p'ra esta cidade
Alguma moralidade.

O Tonio e mais o Zezinho,
Devem ter bom armazem;
E o Chiquinho tambem,
Porque tem bons cabedaes.
Mande-me pois dous quintaes.

Veja porém o Priminho,
Como a vai escolher;
Porque já ouvi dizer,
Que a liverão n'um odre,
É por isso 'stava pôdre.

Tenha cautella, Barão;
Que não ha necessidade,
De corromper á cidade.
Neste seculo de luzes
Guiadas por alcatruzes.

Mande novas de Barcellos,
Qu'eu mando das Fontainhas.
Das velhas e das fresquinhas,
Mandarei sempre porção
P'ra divertir o Barão.

Fontainhas 13 de Dezembro de 1860.

A BARONEZA.

Uma das primeiras razões — afóra a congenita repugnancia e antipathia — que torna moralmente impossivel a nossa annuencia ao pensamento da *união ibérica*, é que nós somos uma provincia em relação á Hespanha. Além disto temos por experiencia de 60 annos ainda presentes os tractos que soffremos, depois que traído res nos venderão pelo ouro de Philippe II ao jugo de Castella, para confiarmos hoje na generosidade dos seus successores.

Demais, para sermos felizes, para seguir no caminho da civilisação e do progresso, não carecemos de aspirar ás honras de primeira nação. Seria uma vaidade louca, que de nada nos aproveitaria, como não vemos igualmente que aproveite a Hespanha essa consideração. O imperador Carlos V foi senhor da maior parte da Europa, depois que na batalha de Pavia vencerá o seu antagonista; e a seu neto, de tão vastos dominios, só lhe restava a Hespanha.

Bem pequena é a Belgica, e seja qual for a consideração em que a tenham, ou queiram ter, é certo que vive prospera e feliz, e vai na vanguarda com as primeiras nações civilisadas da Europa. E nós mais favorecidos pela natureza a todos os respeito, porque não seguiremos o seu exemplo, é alcançaremos como ella melhorar de condição por um sabio e illustrado governo, que promova o desenvolvimento de todas as industrias e do commercio, o aperfeiçoamento de todas as artes, e o derramamento da necessaria instrução, sem que para isso seja mister resignar a nossa nacionalidade?...

Em quanto nós não quizermos ser castelhanos — em quanto quizermos deveras ser portuguezes — sejam quaes forem as vicissitudes e alternativiss politicas, não haverá forças que possam converter em facto, o pensamento da *união ibérica*.

Que um ou outro portuguez seja capaz de renegar a sua origem, de vender se aos interesses da Hespanha, e consigo vender, se poder, a patria que lhe deu o ser, — é muito possivel —; porque traidores houve-os sempre, em todos os tempos, n'esses mesmos em que nossos avós deram maiores provas de fidelidade e abnegação patriótica. Os irmãos do condestavel Nuno Alvares Pereira pelejavam por Castella. Muitos fidalgos portuguezes foram pelos castelhanos, com Miguel de Moura. Mas a final Portugal triumphou sempre dos castelhanos e dos traidores, como triumphará ainda hoje dos sectarios da *união ibérica*.

Não pensem porém, que nós tenhamos o menor receio, de que o pensamento da *união ibérica* haja de ser acolhido entre nós; nem tão pouco, de que possa alguém compellir-nos a acceitalo. No primeiro caso, seria um insulto a portuguezes, tão altivos como pundonoresos da sua autonomia: no segundo, não menos insulto á illustração da época, e descrer de todas as noções de direito internacional, pelo qual se regulam os interesses reciprocos de cada nação em proveito commum e de todos.

Escrevemos sobre este assumpto tão sómente para prevenir incautos, e desvanecer terrores pánicos de alguém mais meticulouso, que possa assustar-se com as — caretas do papão.

A Hespanha, essa pode dar-lhes o valor que quizer.

(Vianense).

Transcrevemos da correspondencia particular do «Commercio do Porto» datada de 9 a que se referia o artigo principal do numero antecedente do nosso jornal, o seguinte extracto, que por falta d'espaco deixou de ser transcripto no mesmo numero.

Tendo nós dito ha mais de um mez, que a instancia dos snrs. deputados Gomes de Castro e Rocha Peixoto, o governo tinha dado ordem ao engenheiro hydraulico, o sr. João Luiz Lopes, para ir proceder aos estudos dos rios Cavado e Lima, é provavel que a nossa noticia tenha sido posta em duvida, visto que o referido engenheiro ainda não apparecera por aquelles sitios. Não se duvide porém da nossa noticia por se dar tal circumstancia. Effectivamente o sr. João Luiz Lopes ainda não partiu, porque não podia fazel-o sem levar certos instrumentos, que não estando disponiveis no ministerio das obras publicas foi forçoso esperar por elles. Mas já os recebeu, e com elles ordem tambem para partir immediatamente para aquella commissão.

Tambem nos asseguram que as difficuldades que tem embarçado o começo da construcção da ponte, que a camara municipal de Espozende pertende construir sobre o Cavado, estão resolvidas. A unica cousa que se espera, é uma informação que foi pedida ao respectivo director das obras publicas, para saber, se da referida construcção, tal como se projecta, resultará inconveniente ao regimen das aguas, ou se irá de encontro a alguma condição tecnica.

É de presumir, pelo muito tempo que este negocio tem levado, que algum desgosto tenha havido em Espozende. Acreditamos até que o haja, mas affiançamos tambem que muito maior seria a demora, se não fossem tantas e tão perseverantes como são, as diligencias do digno representante d'aquella localidade. O sr. Gomes de Castro é um infatigavel procurador dos interesses do seu circulo. Os seus esforços, enfiariam por reiterados, ás pessoas a quem se dirige, se não fossem tantas as atenções e as sympathias por s. ex.º.

Pelo ministerio das obras publicas, tambem temos sabido das diligencias empregadas pelo sr. Gomes de Castro, para que a estrada entre Espozende e Barcellos seja pela margem direita do Cavado, e não pela esquerda, como foi indicado pelo respectivo director das obras publicas. Esta pertença, que em presença das razões que constam d'uma exposição feita pelo sr. Gomes de Castro é de toda a justiça e conveniencia, parece tambem estar em bom caminho.

A pedido transcrevemos do *Bracarense* o seguinte

DESPACHO JUDICIARIO.

Constando (e é para acreditar) que o sr. ministro das justicas está com o despacho judiciario entre mãos, não podemos deixar por isso de dizer algumas palavras acerca d'um dos juizes de direito d'este districto, a quem se tem feito repetidas injusticas, que esperamos o mesmo sr. ministro reparará.

O bacharel Domingos Manoel Pereira de Carvalho e Abreu, actual juiz de direito de Fafe, completou em 30 de novembro findo trinta e nove annos d'antiguidade na Magistratura judicial, porque começou no 1.º de dezembro de 1821, em que tomou posse do primeiro lugar de juiz de Fora d'Alfjô. Tem de serviço effectivo na antiga e moderna Magistratura, vinte e oito annos e perto de dous mezes mais, tendo servido nos logares de juiz de fora d'Alfjô, de Villa Real, d'Orfãos de Barcellos e Corregedor tambem em Barcellos, juiz de direito de Cabeceiras de Basto, d'Amarante, Povoia de Lanhoso, Ponte de Lima, Celorico de Basto, e actualmente em Fafe, afora o serviço feito em commissões depois do despacho de Juiz de Direito de Barcellos por decreto de 21 de setembro de 1833 (o primeiro Juiz constitucional), serviço que teve lugar desde 1833 a Abril de 1834, e que se manda contar como feito na Magistratura pelo § 3.º do art. 2.º da L. de 21 de setembro de 1833.

Este serviço da Magistratura desde o anno de 1821 reconheceu-o feito com honra e probidade Sua Magestade a Rainha de saudosissima memoria, no decreto em que o nomeou Com-

mandador da ordem de Christo; e Sua Magestade, o sr. D. Pedro V., no outro posterior decreto em que o transferiu de Commendador d'aquella ordem para a da Conceição.

A esta sua antiguidade reúne elle o merito, e basta citar em prova insuspeita, os muitissimos julgados e sentenças que a cada passo e ha muitos annos apparecem estampadas na Gazeta dos Tribunaes, pelas quaes temos visto merecer louvor e elogios, e até ser reputado e conceituado um dos ornamentos da Magistratura Portugueza. Aquella Gazeta, e seu redactor eximio jurisconsulto, dão sempre o seu a seu dono, quer censurando quer louvando, e todos sabem que não tem cor politica.

Apezar de tudo isto tem passado por desgostos repetidos, sendo victima de preferências e injusticas que geralmente se lamentam, esperando com tudo que o actual sr. Ministro lhe ponha termo, fazendo justiça, que querendo fazel-a não pôde deixar de despachal-o para a Relação, como ha muito lhe compete por sua antiguidade e merito que todos lhe reconhecem.

O sr. Ministro da justiça sabe muito bem, que pela novissima lei não pôde dispor da classificação das commarcas e antiguidades dos juizes, fazer despachos de arbitrariedade, sem ouvir o supremo tribunal de justiça, preferendo os mais antigos pelos mais modernos. Podiamos apontar alguns destes em que ouvimos fallar, mas não nos capacitamos de ver por obra o que se diz. Ficamos todavia d'observação.

O Juiz de que nos occupamos tem mais antiguidade que qualquer dos nove primeiros que vem na lista definitiva, dos quaes o mais antigo não excede ao anno de 1823, quando aquelle começou em 1821 —

CORRESPONDENCIAS PARTICULARES.

LISBOA 12 DE DEZEMBRO.

Principiando a desempenhar o voluntario cargo de correspondente deste jornal, devemos declarar que não será o espirito partidario que influirá nas apreciações, que aqui fizermos, dos homens e das cousas. Deixemos isso aos orgãos dos partidos politicos. A um jornal de provincia pertence outra missão, talvez mais modesta, mas inquestionavelmente mais util: advogar os interesses locais, e esclarecer com imparcialidade as intelligencias despreoccupadas dos seus leitores, acerca da natureza e alcance dos acontecimentos politicos, que a paixão partidaria umas vezes desfigura, e outras converte em instrumento de illegitimos interesses.

Começemos, pois.

A questão da dissolução da camara dos deputados, que ainda ha pouco era a ordem do dia nos circulos politicos, foi addiada. Se houvermos de dar credito ao que nos constou, por pessoa que consideramos bem informada, houve a poucos dias uma resolução do governo a este respeito. Dois dos seus membros votaram pela dissolução antes da abertura da camara: foram os snrs. Marquez de Loulé e Carlos Bento: os restantes, incluindo o visconde de Sá da Bandeira, votaram pela politica expectante; e foi este o plano que prevaleceu.

Teremos pois a abertura das camaras a 7 de Janeiro; não porque o governo a deseje, mas porque é impossivel outro addiamento. E não a deseja, porque a abertura das camaras, é provavel que seja a abertura de uma luta encarnçada, donde, a pesar de todas as previsões por uma ou por outra parte, ninguém pôde ter a certeza de sahir vencedor.

O governo poderá dissolver a camara, ou cahirá esmagado por ella? E sentirá os braços despedaçados quando quizer levantá-los para a ferir? Eis o que ninguém pôde adivinhar. Em todo o caso, o primeiro mez de 1861 deve ser fertile em acontecimentos no nosso paiz.

Outra questão, que aqui prende agora toda a attenção do publico, é a da nota dirigida pelo Nuncio ao Cardeal Antonelli em Junho passado, e publicada ha poucos dias no *Jornal do Commercio* desta capital, e subsequentemente em outros jornaes.

Este documento, em grande parte calumnioso, só prova a má indole da politica romana, de que o Nuncio é instrumento; e a sua imprudencia no modo de tratar negocios publicos.

Alguns jornaes do governo quizeram partir d'elle para aggreir o Martens Ferrão, ex-mi-

nistro de justiça e deputado por esse circulo; a quem muita gente não pôde perdoar, nem talvez perdoará jámais, o ter reagido contra a corrupção que arruinava o paiz, mas que elevou muita gente, que hoje considerava Portugal como couza sua.

O ex-ministro tem collocado a questão no seu verdadeiro terreno em alguns artigos publicados na *Revolução de Setembro*, que são geralmente attribuidos á sua penna: porque o seu estylo erudito e serio, mas pouco fluente, facilmente se distingue do dos outros artigos d'aquelle jornal.

E' claro que não é uma correspondencia o lugar próprio para tractar esta questão. Reportamo-nos pois aos alludidos jornaes. Notaremos sómente, que em quanto o Nuncio em seu officio accuza o ex-ministro de: «*contrariar por « motu proprio um acto do Santo Padre, abusar « do nome e autoridade de El-Rei, expedindo « uma resolução contraria á que fóra adoptada, « e de se deixar mover por uma pressão exercida « da pelos perpetuos inimigos da religião e dos thronos »* — palavras formaes do officio do Nuncio —, o *Portuguez*, e outros jornaes do governo, chamam ao Martens Ferrão, reaccionario, lazarista, e subserviente á corte de Roma: contradizem uns os outros; e nós, os imparciaes, entendemos que o ex-ministro andou neste negocio como devia andar: isto é, nem subscreveu ás pertencões da corte de Roma, em quanto ella não se sujeitou ás formas do reconhecimento da soberania do governo portuguez; nem fez opposição acintosa a um facto, a que as leis do reino não se oppunham, logo que os tramites regulares fossem observados.

O que é certo, é que o governo actual não revogou as ordens do seu antecessor. Veremos agora o seu procedimento para com o Nuncio, que toda a gente de bem julga digno de uma severa lição.

O inverno tem causado aqui algumas desgraças. No entanto, nestes ultimos dias tem melhorado o tempo, o que muito convem a todos, e especialmente aos agricultores, a quem a invernada ia prejudicando muito.

PORTO 18 DE DEZEMBRO DE 1860.

O arruido levantado em Lisboa pelo «*Jornal do Commercio*», com a transcripção do officio do Nuncio, em Lisboa, publicado na «*Nazione*» de Florença, em que o representante da Santa Sé conta o que passara com o nosso governo ácerca do emprestimo pontificio, tambem aqui reflectio, mas muito de leve. Nesta cidade não se dá ao caso a importancia que o «*Jornal do Commercio*» parece querer dar-lhe, e em geral os homens pensadores entendem que se as cousas se passaram como conta a «*Revolução de Setembro*», ou melhor dizendo o ex-ministro Martens Ferrão n'aquelle jornal, nada houve que justifique tanto barulho. A carta do Nuncio, que é toda de caracter particular e confidencial, tem inconveniencias; porém cumpre observar que não era para ser lida senão pela pessoa a quem era dirigida, e em que o representante da corte de Roma procurava atenuar o effeito das queixas dadas contra elle pelo nosso governo ao governo pontificio. Era por tanto uma desculpa, para a qual o Nuncio julgou preciso dizer o que melhor podia servir ao seu fim, sobre tudo por que contava que ninguem viria a saber do que tam confidencial e secretamente dizia. Ninguem defende o Nuncio; porém acredita-se que mostrou mais inhabilidade do que outra cousa, e que de todo o modo ha pouca generosidade em querer forçar o nosso governo a ser allivo e forte com o representante d'um governo que não tem hoje poder temporal, e que se acha a braços com uma situação critica; que lhe tolhe todos os meios de se fazer valer como potencia.

Não ha muito que um empregado da legação ingleza em Lisboa escreveu um relatório sobre o estado das nossas finanças, atacando o nosso credito nacional, e nem por isso se fez então o que se faz agora, pedindo-se que ao auctor desse relatório se dêssem passaportes para sahir de Lisboa!

Ser forte e altivo com os fracos, é pouco arriscado; mas ainda é menos generoso.

Corre como certo que o administrador de Penafiel, e conselheiro, vai ser substituido por um cavalheiro que tem pertencido ao partido legitimista.

A companhia — Utilidade Publica — está definitivamente constituida, e no dia 31 do corrente fecha a subscripção.

As obras do caminho de ferro do Porto a Lisboa vão ter grande desenvolvimento. Os empreiteiros das secções do Senhor da Pedra e Ovar receberam terminantes ordens para lhes darem o mais activo impulso. Ouvimos a um dos empreiteiros que a empresa quer que estas duas secções estejam em exploração no mez de Junho futuro.

Foi extinto o commando de brigada nesta cidade. O brigadeiro barão de Palme, que a commandava, vai governar a Praça de Valença.

O governo tem agora na imprensa portugueza mais um defensor. E' o «*Jornal do Porto*».

Tivemos dois dias magnificos, porém hoje tornou a chover e está um dia carregado.

O vapor inglez — Iberia — trouxe para esta Praça 33:444 libras sterlingas, o que prova que no mercado de vinhos ha movimento.

O director interino da Alfandega, Nazareth, que é um empregado como raros ha, prepara a sua partida para Lisboa, pois é esperado por todo este mez o novo director José Alvo Balsemão.

Chegou hontem a Lisboa o paquete do Brazil. A mala chega aqui amanhã.

NOTICIAS DIVERSAS.

PROCISSÃO. — Segunda feira 17 teve logar nesta villa a Procição da Bulla, com toda a solemnidade. Pregou o Rd.º Abbade de Capareiros.

REGRESSO. — No dia 14 tinha chegado a Lisboa de volta da Ilha da Madeira, a corveta de guerra *Sagres* reconduzindo o sr. conde de Linhares, que tinha hido aquella ilha comprimentar da parte d'El-Rei a Imperatriz d'Austria.

SUBSCRIPÇÃO. — O resultado da subscripção promovida na America a favor de S. Santidade chegou a 62:000 libras sterlingas que recebeu no dia 1.º do corrente.

TOMADA DE PEKIM. — Pekim foi tomada pelas tropas inglezas e francezas; e o imperador da China fugio para a Tartaria. Os alliados encontrarão immensas riquezas, como era de esperar.

Esta noticia de grande importancia para as duas potencias, e em que interessão todas as outras, faz desejar com impaciencia o conhecimento dos promenores.

CARRION. — Recebemos o 1.º numero deste jornal. E' critico, satirico, litterario, e noticioso. Publica-se em Lisboa, e é hebdomadario. Agradecemos a remessa; e desejamos ao jornal longa duração.

ERRO. — Por um erro que se deo na paginação do numero antecedente deste jornal, e que só muito tarde foi advertido, sahio parte de um extracto do *Cysne do Mondego* debaixo da epigrapha — *Um soberbo — não* — que ficou incompleto, por ter hido occupar um pequeno lugar, destinado a outro objecto.

Vai pois na sua integra.

UM SOBERBO = NÃO. — Lê-se no «*Cysne do Mondego*».— Como é geralmente sabido, quando Junot governava Portugal em nome de Napoleão, este mandou que lhe enviassem a Bayona, onde estava, uma deputação dos homens mais qualificados do paiz; e da sua entrevista com o imperador nos falla o dito escriptor, que esteve presente, nos termos seguintes:

«— Ia á testa da deputação D. Lourenço de Lima, que tinha sido embaixador de Portugal em Paris, em cuja corte era mui conhecido.

«Não esperou Napoleão que pronunciasse o discurso do costume. Ou porque o presidente se demorasse em recital-, ou porque a natural impaciencia do imperador o levasse a não esperar por elle, posto o mesmo de parte, entrou-se em conferencia d'um modo singular.

«Depois dos cumprimentos triviaes, dirigiu-se aos da deputação; e disse-lhos *ex abrupto*:

«— Não sei o que hei de fazer dos

portuguezes. O que apenas posso affirmar é que a sua sorte depende do que se passa no Meio-dia. Mas estaes vós no caso de constituir uma nação? Tendes para isso a necessaria importancia? O vosso principe abandonou-vos, deixando-se levar pelos inglezes para o Brazil. Commetteu um grande erro, de que se ha de arrender.

«Depois, voltando-se para mim, com ar alegre, accrescentou:

«— Por que não havia de ficar o principe?

«E dirigindo-se em seguida a D. Lourenço de Lima, perguntou-lhe qual era a população de Portugal; e juntando immediatamente a resposta á pergunta como lhe acontecia muitas vezes, e acontece ás pessoas que respondem ás proprias ideias — dous milhões d'almas? —

«— Mais de tres, respondeu D. Lourenço.

«— Não sabia, replicou Napoleão. E Lisboa, 150 mil almas?

«— Mais do dobro, respondeu o fidalgo.

«— Não sabia, respondeu novamente Napoleão.

«Trocaram-se ainda outras perguntas e respostas, com a mesma differença de avaliação e opiniões, e de *não sabia*, em *não sabia*, veio a perguntar a D. Lourenço:

«— Que querem os portuguezes? Que reis ser hesponhoes?

«A estas palavras, vi crescer D. Lourenço de Lima dous palmos; e endireitando-se, e pondo as mãos nos copos da espada, com uma voz que fez tremer as abobadas da sala, respondeu:

— NÃO!

«Os antigos heroes portuguezes não teriam dado mais energica resposta.

«Este heroico monossyllabo fez profunda impressão em Napoleão. No dia immediato, fez conhecer a um dos seus primeiros officiaes esta impressão, pelas seguintes palavras:

«— D. Lourenço de Lima deu-me hontem um soberbo *não*.

«E em todas as occasiões em que concorreu com este fidalgo, não deixou de o tractar com toda a distincção.»

ANNUNCIOS.

CASA FELIZ.

4.ª LOTERIA DE LISBOA.

PREMIO GRANDE

R. \$ 9:000:000.

CUNHA & RODRIZ.

Tem á venda nas suas casas de Cambio, rua das Flores n.º 1 e 3, junto á Igreja da Misericórdia, e defronte da Companhia dos Vinhos n.º 96, bilhetes inteiros, a 6\$600, meios ditos, a 3\$400, quartos, a 1\$700, e cautelas de 500 reis e 250, cuja extracção terá logar no dia 22 de Dezembro.

Satisfazem todas e quaesquer encomendas que lhes sejam feitas das provincias, com toda a pontualidade, vindo acompanhadas do respectivo importe.

(6)

BARCELLOS. — Typographia de José Alves Vallongo e Sousa. — Rua Direita n.º 28.